

O processo de compreensão do sistema territorial turístico para o planejamento e a gestão integrados

Francisco Antonio dos Anjos (UNIVALI) anjos@univali.br
Sara Joana Gadotti dos Anjos (UNIVALI) sara@univali.br
Gregório Jean Varvaquis Rados (UFSC) grego@deps.ufsc.br

Resumo

O planejamento sistêmico se apresenta como modelo apropriado para o desenvolvimento do turismo na aplicação de propostas sustentáveis, pois possibilita melhores condições para a sustentabilidade econômica, contribui para a sustentabilidade social e subsidia o desenvolvimento ambiental sustentável do turismo. A gestão por processos é uma metodologia gerencial adequada ao cenário atual das organizações empresariais e territoriais, que é caracterizado por mudanças permanentes, inovações contínuas e interatividade do cliente nos processos de gestão. Diante de tais pressupostos, o objetivo deste ensaio é apresentar uma proposta de compreensão do sistema territorial turístico. A proposta foi apresentada em dois momentos: o processo de compreensão e a verificação da aplicabilidade em um território turístico, no caso o destino turístico Itapema - SC. Foi verificada a aplicabilidade da proposta a partir de uma realidade específica, que apresenta a dinâmica do turismo como variável predominante no processo de construção de seu território. O processo proposto se apresentou flexível o suficiente para ser aplicado a outros territórios, adaptando-se a dinâmicas particulares.

Palavras-chave: Sistema de turismo. Planejamento e gestão do território. Gestão por processos.

1. Considerações Iniciais

O planejamento e a gestão do turismo tradicionalmente têm sido associados ao zoneamento do solo ou ao programas de desenvolvimento em termos de governo local ou regional. Apesar das motivações terem ultrapassado o interesse meramente setorial - espacial ou empresarial, os enfoques mais atuais ainda apresentam deficiências nas tentativas de abranger toda a complexidade do sistema turístico, utilizando ferramentas gerenciais inadequadas e, portanto ineficazes.

As propostas de planejamento turístico têm se espelhado em tendências tradicionais dentro de planejamentos urbano e regional, constituindo-se em planos de desenvolvimento de destinos, distantes do planejamento de desenvolvimento do turismo. Da mesma forma, as propostas de gestão do turismo estão normalmente ligadas a modelos mecanicistas, particularmente derivados de enfoques industriais (ACERENZA, 1992; HALL, 2001).

Particularmente nas últimas três décadas, a emergência do ecoturismo e das questões ligadas a sustentabilidade, ocorreu significativo direcionamento do planejamento do turismo em

direção ao campo do planejamento e gestão ambiental. Concomitantemente, manifesta-se, cada vez de forma mais contundente a relação entre política e planejamento (HALL, 2001).

Apesar das preocupações econômico-financeiras ainda se constituírem questões essenciais ao planejamento turístico, gradativamente a atenção está se voltando para aspectos sociais e ambientais do desenvolvimento turístico, particularmente, na aplicação de propostas sustentáveis.

Neste contexto, os pressupostos da pesquisa são os seguintes:

- A visão sistêmica possibilita a compreensão da complexidade do mundo real, ainda mais perceptível neste início de século, como recurso indispensável para enfrentar os desafios de ordem econômica, financeira, mercadológica, política, cultural e ambiental e suas relações.
- O planejamento sistêmico se apresenta com modelo apropriado para o desenvolvimento do turismo com bases sociais, econômicas e ambientais na aplicação de propostas sustentáveis, pois possibilita melhores condições para a sustentabilidade econômica, contribui para a sustentabilidade social e subsidia o desenvolvimento ambiental sustentável do turismo.
- A gestão do processo é uma metodologia gerencial adequada ao cenário atual das organizações empresarias e territoriais, que é caracterizado por mudanças permanentes, inovações contínuas e interatividade do cliente nos processos de gestão, gerando a necessidade de fluxos ágeis e flexíveis em ambiente de aprendizado organizacional permanente.

Diante de tais pressupostos, este ensaio apresenta um esforço teórico-metodológico de desenvolver processos para o planejamento e gestão de territórios turísticos. O processo de compreensão do sistema territorial turístico, numa perspectiva sistêmica, é apresentando a partir de uma proposta de análise, bem como a verificação de sua aplicabilidade em uma realidade territorial complexo, como se apresenta o destino turístico Itapema, localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, muito próximo a Balneário Camboriú (10 km). Salienta-se que Balneário camboriú se configura como um destino com atratividade nacional e internacional, centralizando o principal pólo turístico receptor do estado de Santa Catarina.

2. Descrição e Objetivos do Processo

O objetivo central deste processo é compreender a dinâmica do sistema territorial turístico, possibilitando o desenvolvimento de um sistema de informação geográfico - SIG que suporte aos demais processos, através de atualização permanente dos dados.

A compreensão do sistema territorial turístico deve considerar as especificidades territoriais de dois subsistemas sociais que o constituem: o subsistema dos residentes e o subsistema dos turistas. Cada subsistema tem interesses convergentes e antagônicos. Desta forma, cada subsistema deve ser analisado na sua particularidade e nas suas relações, buscando perceber as especificidades, dinâmicas e sobreposições (de escalas espaciais e temporais) entre os dois subsistemas.

Além dessa divisão sócio-territorial, num recorte vertical, pode-se compreender o sistema territorial turístico através dos seguintes sub-sistemas:

- o sub-sistema dos fixos: que compreende os elementos naturais, como solo, água, clima, vegetação e fauna, e os elementos construídos pelos homens, como as edificações e as infra-estruturas urbanas (rede viária, rede de água e esgoto, redes de comunicação e energia, espaços públicos de lazer);
- o sub-sistema dos fluxos: que compreende as dinâmicas sócio-culturais (renda, trabalho, lazer, escolaridade, organização e comportamento social) e as dinâmicas econômicas (produção, distribuição, consumo e acumulação) (Figura 1)..

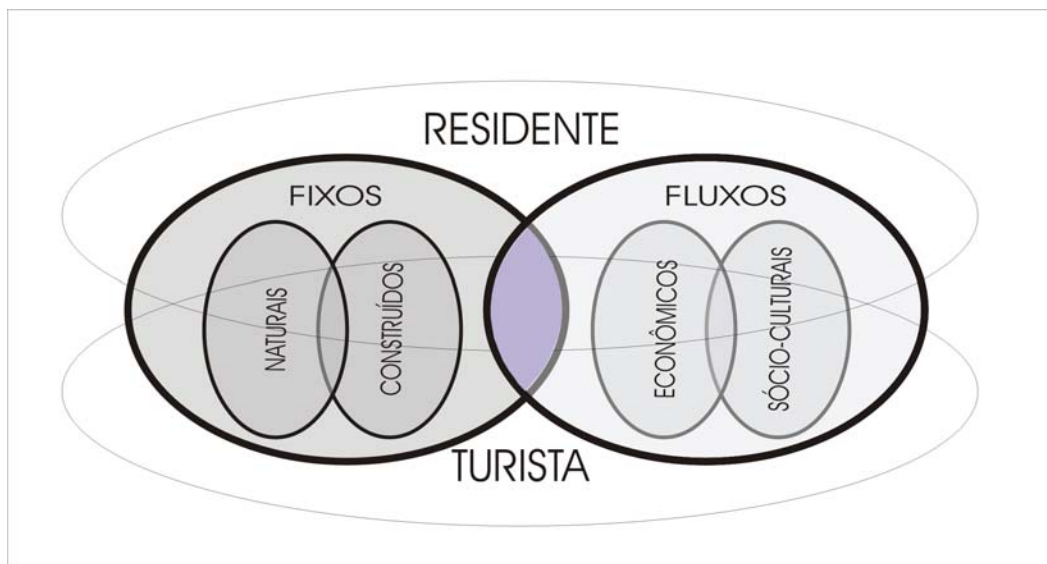


Figura 1: Sistema Territorial Turístico

Com a definição das componentes, concomitantemente é necessário que se defina os limites do sistema a ser compreendido. A definição dos limites do sistema está diretamente relacionada à confirmação da sua existência.

Os requisitos básicos para a existência de um sistema estão centrados nos fluxos de energia, matéria e população. Um sistema é, portanto um conjunto complexo destes elementos, que interagem entre si no ambiente interno, e da mesma forma interagem com o ambiente externo. Apesar da sua ligação com o ambiente externo, a qualidade básica para a existência de um sistema é a sua condição de funcionar por si só (BRANCO, 1989). De outra forma, o sistema pode ser concebido como uma rede auto-organizadora onde os seus elementos são interligados e interdependentes. A identificação das componentes do sistema, bem como suas entradas e saídas, são ações conjuntas interdependentes.

O processo de compreensão do território turístico busca na primeira instância a leitura da situação atual do sistema. Tal processo está dividido em: pesquisa de dados primários; pesquisas de dados secundários; desenvolvimento de um sistema de informações.

Na pesquisa de dados primários são levantados os dados relacionados aos elementos dos subsistemas dos fixos e das dinâmicas dos subsistemas dos fluxos. Como os sistemas envolvidos são dinâmicos, há a necessidade de atualização permanente dos dados, gerando informações mais próximas da realidade. Um sistema de informações irá permitir que a atualidade dos dados seja uma constata no processo, gerando condições para a definição de estratégias eficazes. Os dados secundários vão cobrir as lacunas deixadas pelos dados primários ou até substituí-las no momento de implantação inicial do plano, quando se precisa dar respostas rápidas visando demonstrar resultados facilmente percebidos.

Quanto ao sistema de informações deverá ter duas características básicas: caráter territorial e disponibilidade a todos os membros envolvidos. A primeira característica está na direção da necessidade de sistemas de informações geográficos, que incorporam junto a informações gerenciais, a territorialidade dos dados, que possibilitem gerar ações rápidas e precisas, assim, como possibilidade de transposições de escalas. Quando a disponibilização para um número cada vez maior de pessoas, o sistema deve permitir interface com o usuário, com tecnologias que possibilitem a utilização por um número cada vez maior de pessoas envolvidas no processo de planejamento e gestão. Este tipo de sistema deve se constituir de um sistema dinâmico, que permite constante atualização, e democrático, que possibilite a interface com usuários com experiências díspares.

Como este processo é base para o desenvolvimento de estratégias, operacionalização e avaliação do plano, deve ser construído um sistema de informações, que permita armazenar

informações espaciais, ecológicas, econômicas e sociais. O sistema é abastecido permanentemente por dados dos elementos do sistema. Devem ser levantadas as redes econômicas, sociais e ambientais existentes, determinando os processos externos e internos e a significação social da estrutura do sistema. Este sistema determinará as limitações, as ameaças, os pontos fortes e oportunidades para o seu desenvolvimento. (Figura 2).



Figura 2: Representação de Compreensão do Sistema Territorial Turístico

3. Os Agentes do Processo

A leitura do sistema turístico, como uma ação tão ampla, é comumente reservada a responsabilidade para o Estado, cada vez mais vem sendo questionada sua condição técnica e financeira, principalmente, nas últimas décadas com as constates reduções das suas responsabilidades sociais. Nas épocas de forte intervenção do Estado no Brasil, mesmo anteriores ao Golpe de 1964, sugerir outro responsável pelo processo era uma heresia. No entanto, os anos noventa, vieram modificando consideravelmente as ações do Estado, e no século atual, a discussão caminha em direção as parcerias, através das Parcerias Público-Privado – PPPs ou nas ações conjuntas com outras organizações sociais, como as ONGs. Neste contexto, a fragilidade técnica do poder público, particularmente nas escalas locais, exige que estas ações sejam tomadas com a contratação de empresas especializadas, normalmente de fora do lugar. Tais empresas têm ações isentas diante das informações coletadas e disponibilizadas, no entanto, exigem atenção intensa devido à possibilidade de apresentação de informações descoladas da realidade e dos objetivos do processo de planejamento e gestão. Primeiro, por que a transformações dos dados em informações se dá através da significação social, processo altamente importante no pensamento sistêmico. Assim, a coleta dos dados primários passa pela participação de todos os agentes envolvidos. Da mesma forma, a disponibilidade dos dados secundários passa pela efetiva participação de

todos os envolvidos no processo. Outra questão é a situação comum de empresas que apenas são contratadas para levantar a situação atual e no máximo traçar as estratégias. Nesta situação, a integração entre planejamento e gestão, que vem sendo apresentada nesta tese como princípio básico, é totalmente desconsiderada, fadando o processo ao fracasso eminente. Salienta-se que quando há a necessidade de contratação de um agente externo para apoiar o processo de compreensão no sistema territorial turístico, independente da qualidade do contratado, não isenta o Estado de comandar tal processo. Ao contrário, tal contratação exige do Estado uma ação de maior responsabilidade, que se constitui em dar efetividade ao processo, garantir sua continuidade e possibilitar a participação de todos os agentes.

Enfim, pela sua abrangência, o processo exige a co-responsabilidade de todos os grupos organizados, empresários e sociedade civil, numa participação ativa de todos os integrantes. Salienta-se que, a garantia da efetividade no processo, está na mediação responsável do Estado, a qualificação da empresa contratada e a participação efetiva dos demais agentes.

3. Os Indicadores do Processo

Os indicadores do processo estão relacionados à compreensão do sistema territorial turístico, a partir de seus subsistemas, elementos e dinâmicas que constituem tal sistema nas suas particularidades e relações e da legitimidade da disponibilidade dos dados aos grupos envolvidos, bem como o conhecimento adequado do capital intelectual envolvido, para que os dados disponíveis se transformem em informações significantes para o pleno êxito do processo de planejamento e gestão.

A compreensão do sistema se materializa nos indicadores ecológicos, sócio-espaciais, sócio-culturais e econômicos. Os indicadores desse processo medem os fluxos dos sistemas e os fluxos gerados por tais fluxos. Desta forma, os indicadores são de quantidade e de intensidade dos elementos e dinâmicas dos sistemas.

Os indicadores ecológicos têm o objetivo de verificar a relevância social de elementos do geocossistema, particularmente os elementos da natureza, precisamente a geomorfologia, a hidrografia, o clima, a fauna e a flora do local, buscando detectar o grau de conservação de tal área. A referência deste indicador gira em torno da necessária preservação de tais elementos por conta de manutenção das dinâmicas naturais e o potencial atrativo de tais elementos para uso turístico ou de qualquer outra atividade. A referência do indicador estará ligada ao conceito de desenvolvimento territorial almejado pelos grupos sociais envolvidos, que por sua vez estará diretamente relacionado ao tipo de turismo pretendido.

Os indicadores sócio-espaciais também estão muito próximos aos elementos ecológicos, pelo grau de permanência de seus componentes. Os fixos sócio-espaciais se constituem nos elementos de maior visibilidade do sistema territorial. Além disso, suas dinâmicas possuem maior representatividade pelo fato de se constituírem na forma que apresenta maior grau de permanência, e possibilitar interferências em diversas escalas, como a rede viária, que possui um grau de intervenção em diversas escalas e se perpetua por um certo tempo no espaço. Assim, a identificação dos fixos sociais, é um indicador que precisa ser monitorado com muita precisão. A representação de tal índice é determinante para o desempenho do sistema, e condicionará um número expressivo de estratégias de planejamento e gestão.

Os indicadores sócio-culturais têm principalmente caráter qualitativo, pelo grau de complexidade das dinâmicas constituintes. As relações de trabalho (formais, informais,...), os níveis de renda da população, as formas de locomoção para o trabalho ou o lazer, as relações de consumo, os comportamentos sociais em relação a sociedade e ao meio ecológico, os comportamento sociais nas organizações públicas e privadas e as necessidades básicas dos homens, se constituem em indicadores que precisam ser cuidadosamente analisados, particularmente nas suas dinâmicas.

Os fluxos econômicos do sistema devem ser captados por indicadores ligados aos processos econômicos de produção, distribuição, consumo e acumulação. Tais indicadores buscam perceber as relações entre as organizações do sistema econômico vigente. No caso de territórios turísticos, captar a escala de abrangência das empresas instaladas, a localização das organizações atuantes no sistema, e o grau de dependência do sistema territorial são referências centrais destes indicadores. A relação entre a entrada e a saída de capital do sistema, condicionam diretamente as alterações no sistema.

Todos os indicadores que abrangem os subsistemas dos fixos e fluxos precisam se ater as especificidades dos territórios dos residentes e dos turistas. No caso dos fixos, seja naturais ou construídos, ganham significados diferentes, quer sejam de usos e funções, entre os residentes e turistas. No caso das dinâmicas sociais e econômicas, a complexidade exige uma leitura ainda mais profunda das referências dos indicadores qualitativos, pois os conflitos sociais e econômicos são próprios de tais dinâmicas.

Os indicadores que medem os fixos e fluxos que compõe o sistema territorial precisam ter como parâmetro os limites do sistema. Tais indicadores precisam demonstrar os elementos que limitam ou potencializam o sistema, na mesma direção que os fluxos provenientes destes fixos contribuem ou reduzem as possibilidades de desenvolvimento do sistema. Assim, os fixos podem não ser limitantes em si, mas podem gerar dinâmicas que limitam o

desenvolvimento do sistema. Da mesma forma, fluxos sociais e econômicos se apresentam como barreiras para determinados elementos, a partir dos significados que são dados para tais fixos, como em seus usos ou funções.

As complexas relações entre os fixos e os fluxos que constituem o sistema territorial exige que as referências para medição sejam construídas a partir de dados fidedignos, com base em um número expressivo de levantamentos, quer seja através de fontes primária ou secundárias. Também é fator a ser considerado a origem dos dados, se primário ou secundário, percebendo a representatividade e disponibilidade. Contribuem para a fidedignidade dos dados a efetividade do sistema de informação adotado, em vista de que, principalmente os dados dos fluxos exigem constante atualização, em vista de sua característica de mutabilidade, bem como significação social. O grau de atualização, representatividade e disponibilização indicam os melhores resultados no processo de compreensão.

4. Aplicabilidade do processo de compreensão: os sistemas social, econômico e ecológico do território de Itapema – SC

As considerações a respeito do processo de compreensão do sistema Itapema pretendem demonstrar como tal proposta pode ser desencadeada. Como um processo amplo e complexo, exige a participação de todos os agentes do território, tanto no levantamento quanto na significação das informações coletadas. O que será apresentado, é tão somente um conjunto de informações, trabalhadas no sentido de demonstrar como os procedimentos podem ser desencadeados, bem como, a abrangência, a fidedignidade e a profundidade de tais. A forma de apresentação busca retratar com melhor fidelidade possível a proposta desenvolvida, mesmo que o objetivo seja tão somente, tecer considerações sobre sua aplicabilidade.

4.1. Sistema dos Fixos Naturais

O contexto ambiental do território em estudo apresenta uma divisão em três geocossistemas bem distintos: dois que se encontram somente dentro dos limites municipais, o sistema central e sistema norte, e uma unidade que se espalha também pelo município de Porto Belo, o sistema Sul. Cada unidade é caracterizada por uma bacia hidrográfica principal e por diversas microbacias.

O geocossistema norte, possui a menor extensão com aproximadamente 8 km², é caracterizada por uma extensa área montanhosa, próxima ao mar que circunda todo sistema,

formando pequenas bacias hidrográficas, onde destaca-se a bacia hidrográfica do rio da Mata. Sua formação geológica condicionou a formação de solos arenosos nas planícies próximas ao mar, de cambissolo nas áreas de tabuleiros (baixos platôs) e de solo podzólico nas áreas mais altas.

No início do processo de colonização da área, a formação pedológica favoreceu a agricultura em regiões de tabuleiro e de encosta, tendo em vista a maior fertilidade do solo nestas áreas. As áreas próximas ao mar, formadas por terrenos arenosos de baixíssima fertilidade foram praticamente preteridas para o uso agrícola. A vegetação predominante ainda é a da Mata Atlântica de Encosta, pois a Mata Atlântica de planície foi totalmente extinta nesta área. A ação humana começa a adentrar na área de maior declividade, onde legislações federais não permitem a ocupação, constitui-se então de áreas de risco ambiental. Salienta-se que praticamente toda a área urbanizável já se encontra ocupada, notadamente na bacia do rio da mata, constituindo em área de preocupação ecológica. Essa preocupação se torna mais forte porque o plano diretor urbano vigente, não define as áreas de ocupação por declividade, mas por cotas de altitude, possibilitando que áreas sem condições legais de usos possam ser ocupadas.

O geocossistema central possui uma extensão aproximada de 25 Km², é caracterizado por uma extensa área montanhosa, que cobre dois terços do seu total, sendo formado pela bacia do rio Bela Cruz e pequenas micro-bacias nas porções sul e norte do sistema. A rio Bela Cruz é formado pelo encontro dos rios Areal e São Paulo, e próximo a sua foz recebe as águas do rio Fabrício. O sistema Areal/Bela Cruz constitui-se o mais extenso curso d'água deste geocossistema.

A geologia da área condicionou a formação de solos arenosos nas planícies próximas ao mar adentrando principalmente na sub-bacia do rio Fabrício, de cambissolo nas áreas de tabuleiros (baixos platôs), principalmente nas sub-bacias dos rios Areal (ou Itapema) e São Paulo, solo gley particularmente nas porções mais altas do vale do rio Fabrício, de turfa no médio vale dos rios Fabrício e São Paulo, e de solo podzólico, na maior parte das áreas deste complexo geocossistêmico, particularmente nas áreas mais altas que circundam o sistema, e no Morro do Manerick, elevação que se comporta como morro testemunho na porção central da área.

A composição pedológica condicionou no início da ocupação o uso pela agricultura em regiões de tabuleiro e de encosta, pela pecuária ou culturas irrigadas nas áreas de solo arenoso, turfa e gley. As áreas próximas ao mar formadas pelos terrenos arenosos, de baixíssima fertilidade, e pela turfa sofrem das oscilações da maré, que aumenta a salinidade do solo, foi praticamente abandonada para o uso agropecuário.

Da mesma forma, tal qual o sistema norte, a vegetação predominante é a da Mata Atlântica de Encosta, enquanto a Mata Atlântica de planície está praticamente extinta. As áreas inundáveis, próximas ao rio Bela Cruz e o baixo vale do rio Fabrício, possuíam vegetação de mangues que foram totalmente dizimados.

A ação antrópica ocupa praticamente todas as áreas com menor declividade, inclusive as áreas de mangue que foram aterradas, e agiu fortemente no Morro do Manerick, que se configuram com área de maior risco ambiental. Tendo em vista a maior parte das áreas com baixa declividade tiveram ação humana, apresentando área urbana ou solo exposto, percebe-se que as áreas de bordas de tais ocupações também apresentam risco ambiental, em função de pressões para a sua ocupação.

Da mesma forma que no sistema norte, a preocupação se intensifica devido ao plano diretor urbano vigente, que não define as áreas de ocupação pela declividade. O fato fica bastante nítido quando se que estabeleceu uma zona residencial na bordas da área urbana, mesmo que dentro de áreas que mereçam cuidados especiais para a sua ocupação.

O geocossistema sul se estende também pelo território de Porto Belo, sendo que no território de Itapema tem uma extensão aproximada de 26 Km². Possui duas áreas com extensão similar, mas com configurações distintas: uma extensa área montanhosa, que se prolonga do Morro do Feijó, próximo ao mar até os limites com Porto Belo e Camboriú; uma extensão de planície banhada principalmente pelo rio Perequê e seus afluentes.

A bacia do rio Perequê abrange quase toda a área, encontrando-se ainda micro-bacias, particularmente na porção norte do sistema. A geologia condicionou a formação de três conjuntos pedológicos: solos arenosos nas planícies que se estendem das áreas próximas ao mar ao médio vale do rio Perequê; o solo gley, que é encontrado na região central do geocossistema; e nas regiões mais elevadas o solo podzólico. Ainda na área de transição entre o solo arenoso e gley encontra-se uma área de turfa.

A formação dos solos influenciou o uso e a ocupação das áreas mais interioranas planas ou de encosta, sendo que sua distância do mar, mesmo com grande crescimento do setor de turismo, propiciou a manutenção de atividades agrícolas ou de criação, particularmente, a pecuária de corte e o arroz, em áreas alagáveis e agricultura de subsistência nas encostas.

A área de solos arenosos, pouco férteis e por isso, pouco explorados pelo setor agropecuário, atualmente são intensamente ocupadas pela área urbana.

Na área predominava a Mata Atlântica, que pela altimetria é dividida em floresta de encosta e floresta de planície. Enquanto a primeira encontra-se em melhor condição de conservação, a segunda é percebida apenas em pequenos trechos, nos raros vazios urbanos. Ainda convém

salientar que a vegetação de mangue, que era encontrada ao longo do rio Perequê, foi quase totalmente dizimada.

Os maiores riscos ambientais se localizam exatamente nas áreas próximas ao rio Perequê, assim como a densificação excessiva nas áreas próximas a orla, fazendo desaparecer cursos d'água. O plano diretor urbano vigente não faz nenhum indicativo de redução de tal densificação, aumentando o problema para o futuro.

As áreas que merecem maior preocupação são as de expansão urbana, designadas pelo plano diretor, que podem provocar uma pressão ainda mais intensa nas áreas de maior declividade.

4.2. Sistema dos Fixos Construídos

Os elementos fixos construídos em Itapema correspondem ao sub-sistemas dos elementos produzidos pelo homem, assim, como suas formas, processos de produção e seus significados. Os elementos urbanos que constituem o sistema Itapema são as vias, as redes técnicas, as edificações e os espaços públicos. A forma como tais elementos se arranjam, configuram a identidade formal da cidade.

A rede viária de Itapema é caracterizada pela existência da BR 101, via de escala regional/nacional, que percorre grande parte do litoral brasileiro, marcando as redes viárias dos vários municípios que corta. Na micro-região da Foz do Rio Itajaí, em Santa Catarina, na qual Itapema está inserida, a rodovia mantém forte relação com os três conjuntos viários que se formam nesta micro-região: Itajaí/Navegantes, Camboriú/Balneário Camboriú e Itapema/Porto Belo. Na perspectiva sistêmica, utilizando apenas o contexto viário, se pode perceber três sistemas urbanos principais que caracteriza a região. Tais sistemas possuem forte relação entre si, tendo na rodovia, o principal canal condutor dos diversos fluxos entre si. O sistema viário Itapema/Porto Belo, mantém relação com os demais sistemas viários regionais, ao mesmo tempo em que possui uma dinâmica interna própria. Há um sub-sistema central, formado pela parte Sul de Itapema, e a porção norte de Porto Belo, que denominamos de Meia Praia/Perequê, que mantém uma certa integração interna.

Um segundo sub-sistema se forma na parte central de Itapema, unindo a faixa da orla com os bairros periféricos. Um terceiro pode ser percebido na área central de Porto Belo, que apesar de pouco representativo em termos formais, ganham grande significado no contexto histórico e administrativo.

Reduzindo a escala e entrando no contexto do território alvo desta aplicabilidade, o território de Itapema, pode-se perceber diversos sub-sistemas. Na parte sul do território é percebido três

conjuntos: Meia Praia, Morretes e Rural. Na parte central dois conjuntos: central e central oeste. E na parte norte do território, surge neste escala, um outro conjunto: Ilhota.

O sub-sistema Meia Praia é caracterizado pela barreira formal que se constitui a BR 101, pela avenida Nereu Ramos, uma grande via na escala da cidade, e por outras duas vias na escala da cidade: a avenida Beira Mar e a avenida Marginal Leste, que não estão totalmente concluídas. O sub-sistema Morretes também possui uma malha com direção similar a Meia Praia, porém com um número maior de ruas paralelas. É marcado pela BR 101 como limite formal, e mantém seus fluxos de integração com os demais sistemas, pela própria rodovia federal ou pelos dois túneis.

O sub-sistema rural é o único sub-sistema sem relação direta com a BR 101 e tem na rua Geral do Sertão do Trombudo ou Isidoro Luiz Crispim, a via que caracteriza o local como unidade espacial. O local é indicado no Plano Diretor como bairro Sertão do Trombudo, e congrega atividades rurais esparsas e uma área de incentivo a produção industrial. A proximidade com a área urbana relega tal lugar a condição de peri-urbana.

O sub-sistema central sofre a presença da BR 101 ainda mais forte pela proximidade que a mesma tem do mar. Assim, o sub-sistema fica contido entre o mar a rodovia federal, tendo nos quatro túneis existentes e na avenida Nereu Ramos a ligação com os demais sub-sistemas de Itapema.

O sub-sistema Central Oeste é composto por um conjunto de bairros que circundam o sub-sistema central, tendo a BR 101, como principal divisor. A Marginal Oeste, mesmo incompleta, é a única via que adquire a escala da cidade. O que se percebe são diversas vias na escala do bairro, centralizando os vários bairros que compõe a área.

O Sub-sistema Ilhota é o mais isolado, mantendo uma unidade própria. A ligação com os demais sub-sistemas é realizada pela BR 101. A mesma rodovia também possibilita uma estreita ligação com outros sistemas, externos ao Sistema Territorial de Itapema. Na escala do Bairro, o anel formado pelas ruas 1210/1216/1202/1208 centralizam o sistema viário do sub-sistema territorial. O traçado é bastante irregular buscando se espalhar pela planície cortada pelo rio da Mata. Este é o único sub-sistema onde a rodovia federal corta ao meio, pois sua área se estende do mar a encosta dos morros.

O conjunto das edificações e dos espaços livres também dá outras características formais ao território. As áreas próximas ao mar, via de regra, são as áreas mais densas e verticalizadas. Os espaços livres são rasos aparecendo apenas nos extremo sul e norte. Na área central do sub-sistema Meia Praia, a verticalização adentra ao interior do território, e as suas áreas de entorno apresentam grande densidade. O sub-sistema Central também apresenta

características similares de densidade ao sub-sistema Meia Praia, porém com verticalização menos acentuada.

O sub-sistema Morretes apresenta uma densidade que diminui das áreas próximas a Br 101 (leste) e da parte Norte, para o Oeste e o Sul, ficando nas porções Oeste as menores densidades e os maiores vazios urbanos. Nos sub-sistemas Central Oeste e Ilhota encontram-se inúmeros vazios, pois a concentração da ocupação se dá ao longo das vias principais. Finalmente, no sub-sistema rural encontram-se os maiores vazios urbanos, em vista de sua própria funcionalidade.

4.3.Sistema dos Fluxos Sociais

De acordo com as estimativas do IBGE (2004) a população em 2004 é de 32 894 habitantes, com uma densidade demográfica de 560 habitantes por quilômetro quadrado, se apresentando como segundo município com maior densidade demográfica da micro-região. Itapema vem mantendo um dos maiores crescimentos demográficos em Santa Catarina. Entre 1991 e 2000, manteve um crescimento anual de 9,08%. A estimativa do IBGE para o período de 2000 a 2004 foi de um crescimento anual de 6,33%. Tais índices são muito superiores a média nacional e estadual, que estão abaixo de 2%. Mesmo se comparado aos municípios da microrregião de Itajaí, que vem apresentando os maiores índices de crescimento catarinense, seu crescimento é ainda o mais alto. O crescimento da população total é acompanhado da taxa de urbanização que cresceu 3,70%, entre 1991 e 2000, alcançando um índice de 95,79% de população urbana. Além disso, a população que vive no espaço rural quase na sua totalidade vive da dinâmica urbana, se apresentando como um bairro tipicamente residencial, principalmente pela proximidade.

A relação da população de Itapema com seu espaço físico se mantém pouco alterada nas últimas décadas, resultante de uma cultura de consumo do espaço para o turismo. Assim, todos os espaços possíveis para serem consumidos foram ocupados, onde sua maior valorização esta exatamente nas proximidades de seu maior atrativo.

O ‘eldorado’ que corresponde o litoral catarinense nas últimas quatro décadas, corresponde bem mais que a turistificação deste lugar, mas um consumo altamente destruidor dos espaços do homem, com pouca possibilidade de enraizamento deste homem com esse espaço. O espaço é um produto a ser consumido, e os agentes desta produção procuravam consumi-lo com maior lucratividade possível. À medida que um local demonstra saturação para o consumo, outros espaços passariam a ser explorados. Este processo de fortíssima especulação

imobiliária marca as últimas quatro décadas em Itapema, e gerou diversos problemas de ordem social, econômica e ambiental.

A população que colonizou o local há alguns séculos é relegada ao plano secundário, numa situação muito similar aos indígenas no início da colonização brasileira, sendo aproveitados para trabalhos com menor necessidade de qualificação e assim, como menor retorno financeiro. Desta forma, tais grupos pouco se beneficiam do desenvolvimento de Itapema, sendo muitas vezes vistos como empecilhos para o crescimento do território. O primeiro grande investimento do setor turístico é concluído no início da década de setenta. Tal investimento exemplifica bem tal situação, quando traz de outros Estados, a mão-de-obra com maior qualificação, relegando a população local, colocações que exigiam menor qualificação. Neste empreendimento tal situação, com menor incidência, ainda ocorre com muita nitidez. Esta situação não é muito diferente de vários outros locais do Brasil, onde grandes empreendimentos turísticos se instalam sem nenhuma ligação com a comunidade.

Aliado a descaracterização e desprezo à população local, Itapema, passa a ser foco de uma migração muita intensa, da qual passaram quase todos os municípios do litoral catarinense, recebendo um contingente populacional, que elevou a população em quase 1000% em pouco mais de quarenta anos. O crescimento populacional desenfreado e a intensificação das migrações entre as periferias das cidades do litoral, detectadas em outra pesquisa de Anjos e Cardoso (1998), reforçam a distante relação entre a população e o seu território. Têm-se indícios de situação similar entre o empresariado, que também possui significativos índices de mutabilidade. O setor da construção civil caracteriza tal situação. As principais construtoras em 2004 se instalaram nos últimos dez anos. Algumas construtoras locais se extinguíram, migrando o seu capital para outros segmentos da economia, com *shopping center*, ou ainda mudaram para outras localidades.

Esta constante mudança caracteriza a situação sócio-econômica local, inibindo uma ligação maior com o seu espaço, dificultando a construção da identidade territorial. Essa dificuldade se reflete nas alternâncias do poder político local e da pouca representatividade de diversos segmentos na economia. Poucos segmentos conseguem se manter representados, ou ainda sua representatividade oscila muito. O setor da construção civil, exemplificado anteriormente, se mostra pouco representado, pois se observa desde pelo menos desde a década de oitenta, quando o setor se torna significativo em Itapema, a pouca representatividade enquanto setor organizado da sociedade, pois as ações se fazem quase sempre isoladas. Em outros setores, o associativismo, como a hotelaria e o de restaurantes, praticamente não existe. Deu-se exemplo apenas do meio empresarial, mas o segmento dos empregados é ainda mais inexpressivo.

Também os bairros têm dificuldade de representatividade. Tal situação é dificultada pela lei de designação dos bairros que separou comunidades com as mesmas identidades, aglutinaram outras e criou bairros com partes de comunidades. Assim, as associações têm dificuldade de se manterem e de fato terem representatividade onde suas decisões dificilmente ganham legitimidade da comunidade. Naturalmente, algumas associações conseguiram levar a frente posições e interesses, quase sempre por méritos de grupos isolados.

O crescimento econômico não foi acompanhado pela distribuição de renda, pois o índice de Gini, que mede a concentração de riqueza, ampliou de 0,51, em 1991, para 0,68, em 2000. Os 20% mais ricos da população concentram 71,7% da riqueza em 2000, enquanto em 1991, este índice era de 55,7%. Este dado é ainda mais preocupante, quando se observa que na questão da desigualdade de renda o município lidera a sua micro-região.

Dos indicadores sociais, a redução da mortalidade infantil, o aumento da expectativa de vida da população, melhor índice de alfabetização e qualificação de professores do ensino fundamental, são índices que vem melhorando e se aproximando das melhores taxas nacionais.

Na infra-estrutura social, o abastecimento de água, a coleta de lixo e o acesso a energia elétrica está em condições excelentes, se aproximando do acesso de quase 100% da população urbana, enquanto que o sistema de esgoto e a rede de saúde pública é onde se encontram os maiores problemas. A rede de esgoto é inexistente, sendo minimizado o problema de saneamento básico com a obrigatoriedade do sistema fossa e filtro nas edificações. O sistema de saúde vem atendendo a população nas questões mais básicas, mas a inexistência de um maior expressividade de leitos em hospitais torna-se deficiente. Uma rede particular de saúde vem crescendo levada pelo crescimento do turismo, e que, ao mesmo tempo, vem sanando parte da deficiência do sistema público.

4.4.Sistema dos Fluxos Econômicos

A produção das áreas rurais de Itapema se restringe a uma cultura principal, a plantação de arroz, com 1540 toneladas produzidas em 2002, que representa menos de 1% tanto para a rizicultura catarinense, quanto para a economia de Itapema. A pecuária é ainda mais inexpressiva do que a agricultura, e possui um rebanho efetivo em 2002 de pouco mais de três mil cabeças entre bovinos, suínos, aves e outros rebanhos. A silvicultura se restringe a extração de madeira para lenha e carvão vegetal, ligada à cultura de árvores exóticas. Em

suma, o setor primário é pouco expressivo, mantendo uma atividade marginal a dinâmica do município que é essencialmente urbana.

A dinâmica urbana está ligada ao turismo, quer seja direta ou indiretamente. A economia do município está baseada em atividades ligadas diretamente ao setor, como o comércio, as atividades de compra, venda e aluguel de imóveis e a serviços de alojamento e alimentação. As três atividades citadas correspondiam em 2001 a mais de 70% das empresas instaladas em Itapema.

O crescimento econômico de Itapema vem sendo retratado pelo aumento da renda per capita de 110,88% entre os anos de 1991 e 2000, tornando-se o município na segunda renda per capita da micro-região da qual está inserida. Outra dado que demonstra um crescimento econômico significativo diz respeito a arrecadação de ICMS, que aumentou mais de 315% entre 1995 e 2002. O aumento foi quase três vezes superior ao do Estado, que ficou em pouco mais de 120% no mesmo período.

Itapema se consolidou como um dos cinco principais destinos turísticos catarinenses. O movimento estimado de turistas veio se mantendo com número superior a cem mil turistas durante as temporadas de verão. Observando atentamente o fluxo turístico nos últimos cinco anos, percebe-se uma queda acentuada de turistas estrangeiros, principalmente pelo fim da paridade do dólar com o peso argentino, que foi sentida a partir de 2002, que ainda não apresentou recuperação. O turista brasileiro, apesar da crise econômica foi recuperando sua presença a partir da temporada de verão de 2002 e ficou mais nítida em 2003. O movimento de recuperação se consolidou totalmente na temporada de 2004 quando os índices se aproximaram de 2001.

Essa queda na demanda de turista da Argentina fez com que o índice de turistas estrangeiros em Itapema reduzisse a um quarto do total de turistas, para índices que giram em torno de dez por cento nas últimas temporadas. Essa queda foi uma das variáveis decisivas que fez com que Itapema, perdesse a terceira colocação para o município de Laguna entre os destinos catarinenses mais procurados. Entre 2001 e 2004, com dados organizados a partir das estimativas da SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A, a participação de Itapema, no turismo de Santa Catarina, vem reduzindo de 6,7 em 2001 para 5,6 em 2003, dado que também se manteve em 2004.

O mesmo levantamento da SANTUR (2004) traz uma realidade que vem se consolidando em Itapema. O turismo de segunda residência vem se consolidando, dobrando sua participação nos últimos cinco anos. Em 2004, alcançou o índice de 21,10%, que representa mais que trinta

e cinco mil turistas de segunda residência, superior a população estimada para 2004 pelo IBGE (2004).

Ainda de acordo com o levantamento da SANTUR, tal situação é agravada, quando se acrescentam outros meios de hospedagens, particularmente as casas de aluguel, que mesmo reduzindo seu índice, aparentemente sendo paulatinamente substituída pela residência secundária, mantêm-se como principais meios de hospedagem. Demonstra do outro lado, a redução da participação dos hotéis e pousadas, que além de manter um baixo índice, tiveram redução de cinquenta por cento nos últimos cinco anos, aparecendo em 2004 com pouco mais de oito por cento no total de turistas de Itapema.

Esses dados demonstram que o turismo em Itapema está baseado num grupo de pessoas, que em grande parte não utilizam uma hospedagem paga no tempo em que se mantém neste local. Quanto à hospedagem paga, grande parte dos turistas acaba optando por casas ou apartamentos de aluguel, que se somados aos índices de pessoas que não utilizam hospedagem pagas, ultrapassam 90%. Os dados apresentam um índice de fidelização muito grande, tendo em vista o grau de pretensão de retorno aproxima-se dos cem por cento (97,65% em 2004). Outro dado que garante esta informação é o número de turistas que visitou a cidade mais de uma vez, mantendo-se nos últimos cinco anos em torno de setenta e cinco por cento. Mesmo desconsiderando o índice de residências secundárias, este índice ultrapassa 50% em 2004 (SANTUR, 2004).

Desta forma, a grande parcela de inversão de capital no sistema econômico de Itapema, não se faz por empresas diretamente do sistema turístico, mas por empresas que abastecem o sistema, como supermercados, lojas e farmácias, ou ainda em construção civil, que os próprios índices são percebidos, com o aumento de turistas de segunda residência.

Apesar das constantes oscilações na construção civil em Itapema, por diversas causas como políticas nacionais de habitação, políticas de créditos, planos econômicos, questões locais ou mesmo demanda pela compra de residências secundárias, os dados revelam que nos últimos anos (1999-2004), apresenta-se em conjunto um incremento em relação aos melhores anos da década de oitenta e os primeiros anos da década de noventa.

5. Considerações Finais

A proposta de compreensão dos Territórios Turísticos, numa visão sistêmica e processual apresenta algumas vantagens em relação aos tradicionais diagnósticos para o planejamento turístico.

A proposta desenvolvida incorporou processos apontados em algumas propostas de planejamento do turismo, apresentando-se como uma evolução de tais modelos. Das contribuições dos diversos modelos, destaca-se a perspectiva sistêmica e a visão estratégica da proposta de Acerenza (1987 e 1992), a abrangência e a preocupação econômica da proposta de Gómez (1990), a visão política e sustentável do planejamento da proposta de Hall (2001), preocupação sistêmica e sustentável da proposta de Rebollo et al (2001) e a preocupação do planejamento e gestão autonomista de Souza (2001; 2003). A associação das contribuições dos modelos e as bases conceituais geraram a proposta apresentou uma forma dinâmica e processual de compreender as dinâmicas territoriais.

A base conceitual centrou-se na teoria de sistemas, na gestão por processos, nas dimensões da sustentabilidade e na integração entre os processos de planejamento e gestão. Tal base conceitual foi inter-relacionada, buscando a transposição conceitual de diversas áreas do conhecimento, permitindo contribuições para a discussão sobre Território e Turismo.

Referências

- ACERENZA, M. A. **Administración del Turismo**: concepción y organización. 4 ed. México: Trillas. 1992.
- _____. **Administración del Turismo**: planificación y dirección. 2. ed. México: Trillas. 1987.
- ANJOS, F. A. ; CARDOSO, V. **(Re) Produção do Espaço Urbano da Periferia Oeste de Itajaí**. Itajaí, 1998. Relatório (Iniciação Científica). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.
- ANJOS, F. A. ; **O processo de planejamento e gestão de territórios turísticos uma proposta sistêmica**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- BRANCO, S. M. **Ecossistêmica**: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo; Edgard Blucher Ltda, 1989.
- GÓMEZ, V. B. **Planificación Económica del Turismo**: de una estrategia masiva a una artesanal. México: Trillas. 1990.
- HALL, C. M. . **Planejamento Turístico**: política, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.
- IBGE. **Estimativa da População para 2004**. Rio de Janeiro, 2004a. www.ibge.br/estimativa2004/
- REBOLLO, J. F. V. et al. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible**. Alicante: Instituto Universitario de Geografía, 2001.
- SANTUR. **Demanda Turística 2004**. <http://www.santur.sc.gov.br/Demanda2004.asp>. Acessado em 08/09/2004
- SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001
- _____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.